

POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCENTIVO À LEITURA: O PROLER DE JOINVILLE-SC

PUBLIC POLICIES FOR READING INCENTIVE: PROLER OF JOINVILLE-SC

POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCENTIVO A LA LECTURA: EL PROLER DE JOINVILLE-SC

Janete Ribeiro Nhoque¹
jnhoque@uol.com.br

RESUMO

O objetivo deste artigo foi investigar como o PROLER/Joinville surgiu e qual o impacto das suas ações no incentivo à leitura no contexto em que está inserido. Esta é uma pesquisa de análise documental de cunho qualitativo, que teve como aporte teórico Petit (2013), Butlen (2016), Luz (2011), Garcia (2010), entre outros. Os resultados indicam que o PROLER/Joinville tem buscado a construção de uma cultura de leitores na região, valorizando práticas e pesquisas sobre a leitura, aproximando teoria e prática, escola, universidade e espaços de leitura na cidade de Joinville e seu entorno.

PALAVRAS-CHAVE: PROLER; FORMAÇÃO DE LEITORES; POLÍTICAS PÚBLICAS.

ABSTRACT

The purpose of this paper was to investigate how PROLER/Joinville emerged and the impact of its actions on the incentive to reading in the context that is inserted. This is a research of qualitative documentary analysis, whose theoretical contribution was Petit (2013), Butlen (2016), Luz (2011), Garcia (2010), among others. The results indicate that PROLER/Joinville has sought to build a culture of readers in the region, valuing practices and research on reading, approaching theory and practice, school, university and reading spaces in the city of Joinville and its surroundings.

KEY WORDS: PROLER; READER EDUCATION; PUBLIC POLICIES.

1 Universidade do Vale do Itajaí

RESUMEN

El objetivo de este artículo fue investigar como el Programa PROLER/Joinville surgió y cual el impacto de sus acciones en el incentivo a la lectura en el contexto en que está insertado. Se clasifica como una investigación de análisis documental de naturaleza cualitativa, que tuvo como contribución teórica Petit (2013), Butlen (2016), Luz (2011), Garcia (2010) entre otros. Los resultados indican que el PROLER/Joinville ha buscado la construcción de una cultura de lectores en la región, valorando prácticas y pesquisas sobre la lectura, aproximando teoría y práctica, escuela, universidad y espacios de lectura en la ciudad de Joinville y su entorno

PALABRAS CLAVE: PROLER; FORMACIÓN DE LECTORES; POLÍTICAS PÚBLICAS.

INTRODUÇÃO

Mas o dono do sítio, que não sabia ler nem escrever, assim mesmo possuía um livro, capeado em couro, que se chamava o “Senclér das Ilhas”, e que pedi para deletrear nos meus descansos. Foi o primeiro desses que encontrei, de romance, porque antes eu só tinha conhecido livros de estudo. Nele achei outras verdades, muito extraordinárias. (GUIMARÃES ROSA, 2001, p. 396).

Nesse fragmento de *Grande sertão: veredas*, Riobaldo, personagem e narrador da trama, encontra-se com um gênero de leitura, o qual não conhecia antes: o romance. Ao “deletrear” em seu descanso, descobre “outras verdades, muito extraordinárias”. A leitura, em especial a do literário, para além do deleite, isto é, a leitura pelo mero prazer de ler, contribui para a formação da língua e da identidade de uma comunidade, pois ela traz consigo “ecos de um mundo de valores” (ECO, 2003, p. 12). Ler literatura é, portanto, ler a cultura à nossa volta, mas também outras culturas e costumes e valores de outros tempos, ou, como enuncia Calvino (1993, p. 15), “[...] aquilo que persiste como rumor mesmo onde predomina a atualidade mais incompatível”. Ler amplia nossos saberes, como aponta Riobaldo na epígrafe.

Entendemos a leitura do literário como o campo que en-caminha, no sentido de conceber e inaugurar caminhos (HEIDEGGER, 2011) para o encontro entre o leitor e o texto. Esse encontro provoca no leitor um movimento de busca dos sentidos no texto, o qual ocorre quando o texto é plural (BARTHES, 1999). Um texto plural é aquele organizado por múltiplas redes de sentido complementares, cujos significantes repercutem; é reversível, pois não há uma principal e única maneira de ser lido; é aquele em que há uma multiplicidade de códigos e o sistema de sentido é aberto, pois sua medida é a mesmo da linguagem, infinito.

A leitura, diante de um texto assim, é frutiva (BARTHES, 2013), isto é, uma leitura na qual o leitor se joga em busca de desvelar as tramas de sentido que o texto propõe, de nomear e renomear a cada puxada de fio e construir um novo sentido, um novo saber. A leitura frutiva possibilita, assim, nomear as coisas. E é a capacidade de nomear o que vivemos que nos torna aptos a viver e, ao mesmo tempo, nos distanciarmos do vivido para reelaborá-lo, tornando-nos sujeitos de nossas vidas. Por isso, Petit (2013, p. 112) afirma: “A linguagem nos constitui”.

Ler pode ser uma forma de resistir às adversidades, às provações que nos impõem à vida (PETIT, 2012), ou a busca de outros tempos e outras experiências que nos façam viver (MANGUEL, 2005), ou do inesperado (CALVINO, 2014), ou mesmo, como aponta Barthes (2013), buscamos leituras que nos coloquem em estado de perda, que nos desconfortem, que questionem nossos projetos prévios de leitura, que nos façam entrar em crise na nossa relação com a língua. Daí a sua importância.

Butlen (2016), ao investigar o desempenho dos alunos das escolas francesas no Pisa, apontou que um bom leitor é aquele que faz múltiplas leituras, não só as literárias, mas que a leitura do literário é um diferencial qualitativo no desempenho desses alunos. Logo, na formação do leitor em contexto escolar, faz-se necessário oportunizar o acesso a diferentes leituras, em especial à leitura do literário, já que esta, como aponta Petit (2013), é uma experiência singular, porque envolve o leitor, um sujeito desejoso em descobrir novas experiências, desvendar novas fronteiras, buscar novos caminhos e maneiras de ver e encarar a vida. Nesse sentido, o texto literário, aberto, provocativo, instigante, desloca o leitor de seu lugar de conforto, colocando-o em movimento e provocando-o a refletir sobre si e o mundo.

Para o incentivo à leitura no Brasil, foram proclamadas diversas políticas públicas as quais abrangeram variadas iniciativas, desde aquelas que buscam promover a leitura, de modo a priorizar o acesso aos livros por meio de distribuição de livros e da implantação de bibliotecas, até a valorização social da leitura e a formação de mediadores de leitura e de novos leitores, como afirma Oliveira (2011). Quando tratamos de políticas públicas, vale ressaltarmos que não há um consenso com relação a seu conceito. Segundo Souza (2006), para alguns, as políticas públicas são vistas como as ações do governo; para outros, são aquelas ações que buscam solucionar um problema; e, ainda, há aqueles que criticam essas visões, apontando como argumentos: o caráter conflituoso dessas ações, os limites do governo na tomada de decisão e a possibilidade de atuação de outras instituições e grupos sociais junto ao governo. Contudo, todos convergem ao considerar o *locus* das discussões o governo, em uma visão holística com duas grandes implicações: é um território multidisciplinar, portanto com diferentes olhares sobre si, e desdobra-se em ações que devem ser acompanhadas e avaliadas. Esse é um ponto importante levantado por Oliveira (2011),

pois não só a implantação das políticas públicas é fundamental, mas principalmente como constituir mecanismos de acompanhamento e de avaliação delas.

Entendemos que políticas públicas são ações de um dado governo para atender aos anseios, às necessidades e ao bem comum da sociedade que representa. Essas ações devem ser discutidas, acompanhadas e avaliadas por aqueles aos quais estas estão voltadas. Em tempos como os atuais, como aponta Luz (2011), em que ocorrem diversas mudanças nos processos de regulação social que acabam por interferir na forma de atuação do Estado, provocando mudanças na forma de atuação do setor privado, impulsionando o surgimento de novos espaços de intermediação e de regulação das políticas públicas, muitas vezes direcionadas a interesses privados daqueles aos quais elas se proclamam voltadas, torna-se importante, ao se realizar uma análise sobre as políticas públicas, não perder de vista quais interesses de fato estas representam.

Outro ponto relevante na análise de uma política pública é identificar se as ações por elas propostas estão produzindo os resultados esperados e proclamados na sua criação ou se não passam, como destaca Garcia (2010), apenas de discursos cheios de promessas, muitas delas salvacionistas, que buscam muito mais uma mudança nos padrões de regulação social e nos regimes éticos que regem a administração pública do que na realidade. Ao observarmos as iniciativas propostas, a partir das políticas públicas de incentivo à leitura no Brasil, esses dois pontos serão norteadores de nossas análises.

Neste artigo, tematizaremos o Programa Nacional de Incentivo à leitura (PROLER) que é um programa vinculado à Fundação Biblioteca Nacional (FBN), criado em 1992, que tem entre seus objetivos promover o interesse nacional pelo hábito da leitura. A nosso ver, um objetivo significativo quando pensamos na leitura como um hábito a ser estimulado na formação do leitor do literário. Assim sendo, nosso olhar voltar-se-á para o PROLER/Joinville que atua em parceria com a universidade e o governo local de cidades da região, no Estado de Santa Catarina.

O objetivo da pesquisa foi investigar como o PROLER/Joinville surgiu e qual o impacto das suas ações no incentivo à leitura no contexto em que está inserido. A pesquisa apresenta-se como qualitativa de cunho documental que utilizou em seus estudos uma análise documental, em uma triangulação entre algumas fontes primárias produzidas por instituições oficiais de órgãos federais e do município de Joinville, documentos produzidos pela Universidade da Região de Joinville (UNIVILLE) sobre o PROLER, e autores que discutem sobre políticas públicas para a educação e programas de incentivo à leitura promovidos pelo governo brasileiro.

Foram analisadas, como fontes primárias, as Leis Federais nº 7.624/87, nº 8.028/90, nº 8.028/90, que tratam da importância do fomento e incentivo à cultura e

à leitura; os Decretos nº 519/92 e nº 8.297/14, que dispõem especificamente sobre o PROLER; a Lei municipal nº 6.705/10, que trata do funcionamento do Conselho Municipal de política cultural de Joinville. Entre as fontes secundárias, foram analisados o Plano Nacional do Livro e Leitura (BRASIL, 2010), as Metas do Plano Nacional de Cultura de 2012, o Plano Municipal de Cultura de Joinville do decênio 2012-2021, a publicação PROLER: concepções e diretrizes, da Fundação Biblioteca Nacional, além de duas fontes terciárias publicadas pela Univille: o Memorial do PROLER-Joinville, organizado em 2007; e o livro/registro Contar Histórias: uns passarão e outros passarinhos (2015), que, segundo os organizadores, “[...] preserva e registra olhares sobre 20 anos de encontros de leitura realizados em Joinville” (MEDEIROS; VEIGA; MORAES, 2015, p. 9).

O artigo foi elaborado em dois momentos. Em primeiro lugar, analisaremos as legislações que fundamentaram a criação do PROLER Nacional; em seguida, traçaremos um histórico do PROLER/Joinville e sua relação com as normativas propostas pelo programa nacional e ações e atividades que desenvolve na região em que atua na promoção de ações de incentivo à leitura.

O PROLER NACIONAL

A história de constituição do PROLER está ligada ao processo de redemocratização do Brasil. Em 1987, o então presidente da transição para a democracia, José Sarney, por meio da Lei nº 7.624, de 5 de novembro de 1987, autoriza a instituição da Fundação Nacional Pró-Leitura. Essa fundação tinha como finalidades a promoção do desenvolvimento da produção e da difusão do livro, com estímulo à publicação de obras de interesse cultural e à instituição de bibliotecas; a difusão e o estímulo à leitura; a manutenção e o incentivo de cursos de biblioteconomia e outros ligados às tecnologias de reprodução e de arquivamento de sons e de imagens; e a promoção, a captação, a preservação, a difusão da produção bibliográfica e documental nacional. A lei também previa que a Biblioteca Nacional e o Instituto Nacional do Livro fossem integradas a essa fundação. Essa lei encontrou amparo, após a Assembleia Constituinte de 1988, na nova Constituição Brasileira que, no seu inciso V do artigo 23, determinava que era competência da União “[...] proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência” (BRASIL, 1988, p. 27).

Em abril de 1990, o então presidente eleito Fernando Collor de Melo assina a Lei nº 8.028/90, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e seus Ministérios. No seu artigo 10, a lei afirma que a Secretaria da Cultura tem como finalidade planejar, coordenar e supervisionar a formulação e a execução da política cultural em âmbito nacional, de forma a garantir o exercício dos direitos culturais

e o acesso às fontes da cultura; apoiar e incentivar a valorização e a difusão das manifestações culturais, promover e proteger o patrimônio cultural brasileiro (BRASIL, 1990a). Assina, também, a Lei nº 8.029/90, que autoriza a extinção da Fundação Pró-Leitura, transferindo suas atribuições, seu acervo, suas receitas e suas dotações orçamentárias para a então constituída Biblioteca Nacional (BRASIL, 1990b).

Em maio de 1992, o mesmo presidente, por meio do Decreto nº 519/92, instituiu o PROLER, junto à Fundação Biblioteca Nacional. Segundo o Decreto, os objetivos são: 1- promover o interesse nacional pelo hábito da leitura; 2- estruturar uma rede de projetos capaz de consolidar, em caráter permanente, práticas leitoras; 3 - criar condições de acesso ao livro (BRASIL, 1992).

Em seu artigo terceiro, o Decreto indica os mecanismos pelos quais o PROLER irá se desenvolver, tendo como foco aqueles que trabalham diretamente nas bibliotecas e nas salas de leitura com formação de educadores para a “familiarização com o livro e a biblioteca” e melhoria das práticas de leitura no intuito de incentivar “o gosto pela leitura”; a ampliação dos espaços de leitura “abertos regularmente ao público”; a “promoção e divulgação de medidas incentivadoras” do hábito e incentivo à leitura com a utilização dos meios de comunicação de massa para isso (BRASIL, 1992).

A receita para o desenvolvimento do programa, que, pelo Decreto nº 519/92, era de responsabilidade da Fundação Biblioteca Nacional, foi alterado pelo Decreto nº 8.297/2014, passando a ser da receita do Ministério da Cultura formada por recurso do orçamento da União, de doações de instituições nacionais e internacionais e participação dos governos estaduais e municipais e sua gestão. O Decreto anterior determinava a direção do programa ao Presidente da Fundação Biblioteca Nacional que, alterado pelo novo, passou a ser dirigido pelo Secretário-Executivo do Ministério da Cultura. Cabe ao Secretário gerir os recursos à forma da lei, celebrar convênios com o setor público e privado de âmbito nacional e internacional para a execução de seus programas e firmar contratos de prestação de serviços para o desenvolvimento de projetos (BRASIL, 2014).

PROLER: CONCEPÇÕES E DIRETRIZES

A publicação PROLER: concepções e diretrizes foi elaborada pela Fundação Biblioteca Nacional, em 2009, com o objetivo de divulgar os princípios e as estratégias de como o PROLER deveria atuar no Brasil. Ela apresenta como finalidade do programa contribuir para a ampliação da leitura, por meio de “práticas de leitura e de escrita críticas e criativas”, articulando a leitura com outras formas de expressão e integradas aos processos educacionais. Entende a leitura como “emancipadora” e

a prática de leitura como “[...] uma tarefa fundamental para um projeto político cuja meta é formar cidadãos leitores” (BRASIL, 2009, p. 9). O texto afirma que a política pública de incentivo à leitura não deve restringir-se à instalação de novos espaços de leitura e à composição de acervos, mas à formação continuada de leitores, com “apoio pedagógico eficiente ao usuário” e à colaboração para a “difusão de técnicas e habilidades específicas de leitura e escrita” por meio de “ações afirmativas, para tornar a leitura mais presente na vida dos brasileiros” (BRASIL, 2009, p. 10-11).

No entanto, o documento aponta quatro momentos em que houve mudanças na abordagem de atuação do PROLER. O primeiro foi o da criação e da consolidação do programa, a partir da promulgação do Decreto nº 519/92, que, segundo o documento, ocorreu por meio do estabelecimento de convênios com prefeituras, secretarias do estados e municípios (200 municípios pelo país) e “diálogos preliminares” com o Centro Regional para o Fomento do Livro na América Latina e Caribe (CERLALC).

O CERLALC, uma instituição intergovernamental criada em 1966, como parte do Programa de fomentação do livro da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) para a América Latina e Caribe, é financiado por instituições como: Agência Espanhola de Cooperação para o Desenvolvimento Internacional (AECID), Associação Geral de Autores do Uruguai (AGADU), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Fundação Bill & Melinda Gates, Fundação Segredos para Contar, Fundação SM, Worldread, entre outras que têm como característica a parceira com grandes organizações privadas pelo mundo, muitas delas ligadas ao mercado editorial.

Ainda que, na descrição de suas ações, o CERLALC as coloque como voltadas para “[...] a criação de condições para o desenvolvimento de sociedades leitoras” (CERLALC, 2016, n.p.), seu programa tem como foco, desde a criação, o mercado editorial, a produção e a comercialização do livro, como consta no portal da instituição, e muitos apoiadores desse ramo. O “diálogo” com essa instituição nos causa estranheza já que o foco do PROLER, proclamado no próprio documento, era a ampliação da leitura e de suas práticas e não da difusão do livro, o que nos parece de fato uma mudança de abordagem do Programa, não só de seu alinhamento com as políticas externas de incentivo ao consumo do livro, bem como ao interesse privado do mercado editorial

De acordo com a publicação PROLER: concepções e diretrizes, um segundo momento de mudança de abordagem do Programa foi em 1996, a partir da constituição de uma Comissão Coordenadora que passa a contemplar “[...] a variedade e a diversidade das práticas brasileiras de produção de leitura em todo o país, refletindo anos de experiências e de estudos dos profissionais que atuavam na área” (BRASIL, 2009, p. 13), diferenciando-se da proposta anterior ao considerar a escola o campo de

atuação do PROLER. Essa mudança acarretou um questionamento da qualidade dos textos utilizados na escola, em especial suas cartilhas e seus livros didáticos e uma proposta de “qualificar a leitura na escola”. Coincidentemente, naquele mesmo ano, inicia-se um processo de avaliação dos livros do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). Cria-se o Guia dos livros didáticos para os anos iniciais do Ensino Fundamental e, no ano seguinte, o PNLD é transferido para o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), que “[...] passa a adquirir, de forma continuada, livros didáticos de alfabetização, língua portuguesa, matemática, ciências, estudos sociais, história e geografia para todos os alunos de 1ª a 8ª série do ensino fundamental público” (BRASIL, 2016). Reforça-se, assim, nossa suposição de qual o motivo da mudança de abordagem do Programa.

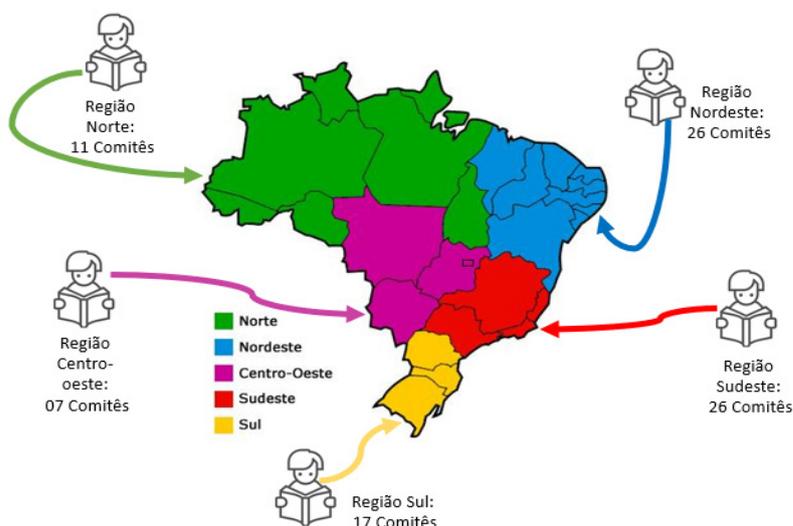
O terceiro momento apresentado refere-se às mudanças de governo na esfera federal, entre 2002 e 2003, “[...] um período difícil, de conturbações institucionais, em que a falta de recursos pôs sob ameaça a permanência das ações do programa” (BRASIL, 2009, p. 14). Por fim, em 2006, houve novas mudanças no Conselho Consultivo que ficou com “[...] a incumbência de sugerir e formular as metas e os indicadores culturais de ação anual do PROLER” (BRASIL, 2009, p. 14). Essa mudança parece estar em consonância com outras em andamento no Brasil, à época, pois as políticas públicas voltadas à educação passaram a preocupar-se com metas e indicadores de resultados. No ano anterior, o Ministério da Educação (MEC) instituiu a Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb) e a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc), conhecida como Prova Brasil, que passou a avaliar a qualidade da Educação Básica brasileira. A implantação de metas e de indicadores culturais parece seguir essa mesma lógica.

A publicação apresenta também preocupação com a qualidade da educação, quando afirma que “[...] nas propostas e nas políticas públicas, a educação de qualidade deve ser considerada uma condição prioritária para a tarefa de formar cidadãos leitores” (BRASIL, 2009, p. 16) e quando traz ações voltadas à leitura como uma competência a ser adquirida e articulada com a escrita e para “democratização do acesso à leitura”, concebida como ampliação dos acervos das bibliotecas (escolares, públicas e comunitárias). Essas ações, no nosso entender, apontam para uma visão utilitarista da leitura, além de abrir um caminho maior para o mercado editorial brasileiro, por considerar que a democratização da leitura se dará apenas pela aquisição de livros para os acervos das bibliotecas.

Por fim, o documento exhibe um balanço das suas ações até aquele momento, afirmando que o PROLER era uma rede em expansão com cerca de 70 Comitês pelo Brasil, cujas ações envolviam por volta de 500 municípios. Atualmente, pelos dados

disponibilizados pelo *site* do PROLER, há, no Brasil, 87 comitês instituídos em 87 municípios, distribuídos como mostra a Figura 1 a seguir.

Figura 1 – Distribuição dos comitês por região



Fonte: Infográfico elaborado pela autora com base em Brasil (200-).

Como é possível perceber, a expansão proclamada do projeto em 2009 ainda não ocorreu e os comitês instituídos estão localizados em algumas prefeituras (6 na Região Norte, 14 na Região Nordeste, 3 na Região Centro-Oeste, 18 na Região Sudeste e 5 na Região Sul), em universidades (1 na Região Norte, 8 na Região Nordeste, 1 na Região Centro-Oeste, 2 na Região Sudeste e 7 na Região Sul) e em Fundações ou Organizações Não-Governamentais (4 na Região Norte, 4 na Região Nordeste, 3 na Região Centro-Oeste, 6 na Região Sudeste e 5 na Região Sul). Na Região Sul, dada a sua dimensão geográfica, há um número expressivo de comitês e de universidades envolvidas com as ações propostas. Destacamos, a seguir, as ações do PROLER/Joinville.

O PROLER EM JOINVILLE

O PROLER/Joinville atua há mais de vinte anos na região de Joinville em Santa Catarina. Ele surgiu praticamente com o PROLER Nacional. Nos documentos que relatam os trabalhos desenvolvidos no Programa durante esse tempo, ele é apresentado como um “núcleo de resistência” do PROLER na região, cuja sobrevivência se dá em decorrência das parcerias institucionais locais firmadas “em prol de uma sociedade leitora”.

Moraes (2015), na abertura do livro *Contar histórias: uns passarão e outros passarinhos*, afirma:

Entendemos que ouvir histórias é também um ato de criar, pois o ouvinte, ao se encantar com uma narrativa ou poema contado, vivencia uma experiência sensível que se amplia da percepção para a inteligência, constituindo um espaço criador. Abrir espaços de leitura significa abrir perspectivas de autonomia, para que os sujeitos possam perceber e avaliar o mundo que coabitam, questionando-o e criando alternativas para transformá-lo. (MORAES, 2015, p. 8).

Essa valorização da leitura apontada na citação parece marcar o trabalho do PROLER/Joinville, como veremos a seguir, ao tratarmos das ações desenvolvidas pelo programa. No entanto, para podermos compreender como o PROLER/Joinville se constituiu, utilizamos como referência dois documentos: 1) o Memorial do PROLER/Joinville (2007) que, além de um resgate histórico do Programa, traz publicações do Seminário de Estudos da Linguagem, organizado em uma parceria entre os departamentos de Pedagogia, Letras e História da UNIVILLE, o Serviço Social do Comércio (SESC) de Joinville e o PROLER/Joinville; e 2) o livro *Contar histórias: uns passarão e outros passarinhos*, de 2015, que é um livro-registro do encontro que comemorou os vinte anos de existência do PROLER/Joinville ocorrido na UNIVILLE em 2014. Buscamos, com a leitura desses documentos, construir uma visão de como foi constituído o PROLER em Joinville, como ele se desenvolveu, qual seu público-alvo e quais as ações por ele desenvolvidas e sua relação com a proposta e a história do PROLER Nacional.

O PROLER/Joinville foi criado oficialmente em 1994; no entanto, sua constituição iniciou-se após o I Simpósio de Literatura promovido pelo Departamento de Letras da então Fundação da Região de Joinville (FURJ), ocorrido em 1992. Nesse Simpósio, estava presente o presidente da FBN que, em conversa com a direção-geral da FURJ, propôs uma parceria entre a instituição e o PROLER. Essa parceria foi vista como importante para a fundação pois “[...] uma política de leitura local, elo de uma rede nacional, poderia ser um germen de extensão, ensino e pesquisa, fundamentos de uma universidade” (MEDEIROS; MORAES, 2007, p. 12).

Em 1995, a UNIVILLE assinou convênio com a Fundação Biblioteca Nacional/Casa de Leitura e teve início o Programa Institucional Pró-Leitura em Joinville, com a sede do Comitê PROLER/Joinville na universidade, ligado à Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos comunitários e a um comitê interinstitucional que, segundo Medeiros, Veiga e Moraes (2015), envolve o SESC de Joinville, a Secretaria Municipal de Educação, a Gerência Estadual de Educação, a Fundação Cultural de Joinville, a Unimed/Joinville, a Biblioteca Pública Municipal Rolf Colin, o Colégio da UNIVILLE e a Confraria dos Escritores Joinvilenses. A partir de 1999, foi instituída uma Mostra de

Leitura do PROLER que ocorre anualmente. Analisamos aqui as ocorridas até o ano de 2013. Em 2004, o Programa foi ampliado para o Campus II da UNIVILLE, em São Bento do Sul.

Entre os anos de 1996 e 2018, o Comitê PROLER/Joinville organizou seus trabalhos de maneira a garantir um encontro anual de leitura, envolvendo professores, bibliotecários, agentes de leitura e de cultura, com palestras e oficinas de leitura e pessoas envolvidas com a leitura da região, na atual UNIVILLE, com o objetivo de “[...] alargar a política leitora do âmbito local para o âmbito estadual” (MEDEIROS; VEIGA; MORAES, 2015, p. 253). Os encontros ocorrem anualmente, envolvendo atividades para construção de uma política estadual de leitura, oficinas, exposição e apresentação de trabalhos com foco em experiências de promoção de leitura.

Articulando-se às discussões do momento histórico da educação nacional, no ano de 2000, o “IV Encontro Estadual do PROLER/Santa Catarina: Leitura e escrita: desafios para o próximo milênio” voltou suas reflexões para a constituição de propostas para o novo milênio e as exigências para os agentes de leitura e professores em novos paradigmas. Dois anos depois, as discussões envolveram os caminhos possíveis para a democratização da leitura nas bibliotecas públicas e escolares.

No encontro de 2006, refletiu-se sobre leitura e os estudos da linguagem além das comemorações de dez anos do PROLER/Joinville, revelando-se uma preocupação não só de valorização dos trabalhos realizados na região como também de registrar sua memória por meio da publicação do livro Memorial do PROLER (2007). A partir de 2007, os encontros passam a ser organizados de modo a ampliar o olhar sobre a leitura, articular os trabalhos com outras instituições e formas de linguagem e área de conhecimento, envolvendo os alunos dos cursos de Pedagogia, Letras e História, os egressos dos programas de pesquisa da UNIVILLE.

Em 2012, diante da organização do Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL) e das comemorações de 20 anos do PROLER Nacional, foi organizado o XVI Encontro Estadual do PROLER, III Seminário de Práticas leitoras e III Seminário de Pesquisa em Linguagens, Leitura e Cultura – Memória, atuação e projeção: uma reflexão sobre os 20 anos do PROLER Nacional, com o intuito de discutir as possíveis maneiras de articulação com o PROLER Nacional e em consonância ao PNLL.

Em 2014, o encontro contou com a presença de vários contadores de histórias do país e intercâmbio com a África e as atividades voltadas à comemoração de 20 anos de atuação do PROLER/Joinville na defesa da leitura como um direito social de todos com vistas a uma sociedade letrada. Da realização desse evento, foi publicado o livro Contar histórias: uns passarão e outros passarinhos, apresentado no XXI Encontro do PROLER/Joinville em 2015. Em 2016, o XXII Encontro foi realizado em conjunto com a Semana do Curso de Letras da UNIVILLE. Em 2017, o XXIII Encontro ocorreu

em conjunto com o VIII Seminário de Pesquisa em Linguagens, Leitura e Cultura e também com o Fórum setor livro, leitura e literatura. Em 2018, o XXIV Encontro teve como tema “Ecos da Palavra”, junto ao IX Seminário de Pesquisa em Linguagens, Leitura e Cultura.

Esses encontros apontam para um trabalho contínuo e ativo do Programa PROLER/Joinville na região, sua integração com as ações da universidade e a preocupação com temas pertinentes à área da leitura e da literatura, além de estarem articulados com temas atuais na educação. Além disso, há uma preocupação com a divulgação e a reflexão sobre trabalhos acadêmicos produzidos sobre o tema. Outro ponto importante é a preocupação com a preservação da memória do programa e da produção científica, pois, além dos livros publicados, todos os encontros têm registros organizados com as oficinas de leitura, trabalhos apresentados e discussões realizadas no acervo do programa, disponível para pesquisa na UNIVILLE.

Construímos uma nuvem de palavras encontradas nos títulos/temas dos encontros realizados. Elas nos permitem inferir que a preocupação do PROLER/Joinville, na organização dos eventos, mesmo acompanhando as mudanças pelas quais passaram a sociedade, a academia e o PROLER Nacional, em todos esses anos, desde a sua criação, é com o incentivo à leitura.

Figura 2 – Nuvem de palavras – compromisso do PROLER/Joinville



Fonte: Elaborada pela autora com base nos títulos/temas dos encontros realizados pelo PROLER/Joinville.

É possível percebermos também que a parceria do PROLER/Joinville com o curso de Letras da UNIVILLE, em atividades de projetos de conclusão de curso e iniciação científica (Pibic), tem ligação com espaços comunitários da região (hospitais, igrejas, centros comunitários, fábricas), além de organizar os “Seminários

de Estudos de Linguagem – SEL” que realizam reflexões críticas sobre as práticas leitoras e a linguagem. O PROLER/Joinville também participou da organização do Plano Municipal de Cultura da cidade de Joinville e mantém parceria com entidades da região na promoção de eventos voltados ao incentivo à leitura, como a Feira do livro da cidade de Joinville.

Ao relacionarmos os documentos emitidos pelo PROLER Nacional com os produzidos pelo PROLER/Joinville, percebemos alguns pontos de convergência e divergência entre eles. Nos documentos elaborados pelo PROLER/Joinville, a leitura é considerada como uma prática “[...] desescolarizada, compreendida em uma conceituação mais ampla, que incorpore a leitura de mundo e as várias linguagens que lhe dão formas” (MEDEIROS; MORAES, 2007, p. 8) e prevista como aquela que deve ser “[...] experimentada como prazer que se aprende e se apura num estreitamento de relações entre leitor/texto/contexto” (MEDEIROS; MORAES, 2007, p. 8), aproximando-se de uma visão da leitura fruitiva (BARTHES, 2013). Já o documento oficial PROLER: concepções e diretrizes afirma a escola como espaço para a leitura além de uma visão utilitarista da leitura, como já apontamos.

Os dois documentos convergem ao considerar que a leitura não é apenas uma decodificação de signos gráficos. No entanto, para os documentos elaborados pelo PROLER Nacional, a “[...] leitura é uma atividade intelectual relativa à linguagem, que se caracteriza pela compreensão de discursos” (BRASIL, 2009, p. 8), e, para os documentos do PROLER/Joinville, leitura é “interpretação do texto como diálogo entre leitor e texto” (MEDEIROS; MORAES, 2007, p. 13). Isso nos faz considerar a concepção de leitura apresentada pelos documentos do PROLER/Joinville mais interessante pois se refere à relação do leitor e do texto literário e, por conseguinte, sua formação de leitor literário.

CONCLUSÃO

O objetivo deste artigo foi investigar como o Programa PROLER/Joinville surgiu e qual o impacto das suas ações no incentivo à leitura no contexto em que está inserido. Para tanto, realizamos uma pesquisa qualitativa de cunho documental, por meio de análise de documentos oficiais elaborados pelo PROLER Nacional, relatos de memoriais históricos elaborados pelo PROLER/Joinville e o Plano Municipal de Cultura de Joinville. Essa análise revelou que o PROLER Nacional foi sendo alterado de acordo com as demandas históricas pelas quais passaram o Governo Federal e a sociedade, com alteração de seu foco de preocupação, muitas vezes se adequando a exigências externas, como aquelas oriundas de acordos internacionais, como o do CERLALC. Como Programa vinculado a uma política pública de incentivo à leitura,

o PROLER Nacional parece mais preocupado com o incentivo ao comércio editorial brasileiro do livro do que com ações concretas de incentivo à leitura. Outro ponto a ser destacado é a baixa adesão nacional ao programa, fato que, para ser compreendido, demanda uma pesquisa mais aprofundada nessa área.

Com relação ao PROLER/Joinville, a análise dos dados aponta uma fidedignidade maior aos objetivos iniciais do Programa, demonstrada pelos encontros organizados durante os vinte e quatro anos de sua existência, com enfoque na leitura. Entretanto, também buscam acompanhar as discussões e as demandas oriundas da sociedade. Os documentos organizados pelo PROLER/Joinville, em alguns momentos, divergem do PROLER Nacional, apontando uma visão de leitura e leitor muito mais ampla do que a proposta pelo PROLER Nacional, o que demonstra sua autonomia diante do Programa Nacional.

O PROLER/Joinville também se mostra atuante não só no meio acadêmico como também com o governo local ao estar articulado a algumas ações propostas no Plano Municipal de Cultura de Joinville. Por fim, apesar de os documentos analisados não declararem claramente preocupação com a formação do leitor do literário, o PROLER/Joinville, nas ações e nas reflexões apresentadas, levam-nos a afirmar que sua atuação a possibilita, pois tem buscado a construção de uma cultura de leitores na região por meio de encontros realizados anualmente que valorizam práticas e pesquisas sobre a leitura, aproximando teoria e prática, escola, universidade e espaços de leitura na cidade de Joinville e seu entorno.

REFERÊNCIAS

BARTHES, Roland. **S/Z**. Coleção Signo. Tradução Maria de Santana Cruz e Ana Mafalda Leite. Lisboa: Edições 70, 1999.

_____. **O prazer do texto**. Tradução J. Guinsburg. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.

BRASIL. **As metas do Plano Nacional de Cultura/ Brasil**. Apresentação de Ana de Hollanda e Sérgio Mamberti. São Paulo: Instituto Via Pública; Brasília: MinC, 2012.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

_____. Decreto Nº **519**, de 13 de maio de 1992. Institui O Programa Nacional de Incentivo à Leitura PROLER e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 14 maio 1992. Seção 1, n. 91, p. 6030.

_____. **Decreto 8.297 de 15 de agosto de 2014.** Aprova o Estatuto e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Fundação Biblioteca Nacional; altera os Anexos I e II ao Decreto nº 7.743, de 31 de maio de 2012, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério da Cultura; [...]. Brasília, 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Decreto/D8297.htm. Acesso em: 20 fev. 2019.

_____. **Lei Nº 7.624, de 5 de novembro de 1987.** Autoriza a instituição de fundações, e dá outras providências. Brasília, 1987. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1980-1987/lei-7624-5-novembro-1987-367604-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 20 fev. 2019.

_____. **Lei nº 8.028, de 12 de abril de 1990.** Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. Brasília, 1990a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/leis/L8028.htm. Acesso em: 20 fev. 2019.

_____. **Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990.** Dispõe sobre a extinção e dissolução de entidades da administração Pública Federal, e dá outras providências. Brasília, 1990b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/LEIS/L8029cons.htm. Acesso em: 20 fev. 2019.

_____. **Plano Nacional do Livro e Leitura.** ed. Atual. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2010.

_____. Portal do FNDE/PNLD. **Histórico.** 2016. Disponível em <<http://www.fnde.gov.br/programas/livro-didatico/livro-didatico-historico>>. Acesso em: 27 nov. 2018.

_____. PROLER. **Comitês PROLER por região.** [200-]. Disponível em: <http://proler.culturadigital.br/comitesproler/>. Acesso em: 20 fev. 2019.

_____. **PROLER: Concepções e Diretrizes.** Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2009.

BUTLEN, Max. Políticas de leitura, práticas de leitura e formação de professores. **Educação em Foco**, Juiz de Fora, ano 19, n. 27, p. 19-43, jan./abr. 2016.

CALVINO, Italo. **Se um viajante numa noite de inverno.** Tradução Nilson Moulin. 2. ed. 6. reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

_____. **Por que ler os clássicos.** Tradução Nilson Moulin. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

CERLALC. Portal. **Quem somos?** 2016. Disponível em: <http://cerlalc.org/pt/>. Acesso em: 27 nov. 2018.

ECO, Humberto. **Ensaios sobre literatura**. 2. ed. Tradução Elaine Aguiar. Rio de Janeiro: Record, 2003.

GARCIA, Maria Manuela Alves. Políticas educacionais contemporâneas: tecnologias, imaginários e regimes éticos. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 45, p. 445-455, set./dez. 2010.

HEIDEGGER, Martin. **Caminhos da linguagem**. Tradução Marcia Sá Cavalcante Schuback. 5. ed. Petrópolis: Vozes; São Paulo: Editora Universitária São Francisco, 2011.

JOINVILLE. **Lei nº 7.258, de 5 de julho de 2012**. Institui o Plano Municipal de Cultura de Joinville e dá outras providências. Disponível em: <http://pnc.cultura.gov.br/wp-content/uploads/sites/16/2017/09/SC-PMC-Joinville.pdf>. Acesso em: 21 fev. 2019.

LUZ, Liliene Xavier. Empresas privadas e educação pública no Brasil e na Argentina. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 32, n. 115, p. 437-52, abr./jun. 2011.

MANGUEL, Alberto. **Os livros e os dias, um ano de leituras prazerosas**. Tradução José Geraldo Couto. 1. reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

MEDEIROS, Fábio Henrique Nunes; MORAES, Taiza Mara Rauen. (Orgs). **Memorial do PROLER- Joinville e resumos do Seminário de Estudos da Linguagem [SEL] 2006-2007**. Joinville: Univille, 2007.

MEDEIROS, Fábio Henrique Nunes; VEIGA, Maurício Biscaia; MORAES, Taiza Mara Rauen. (Orgs). **Contar histórias: uns passarão e outros passarinhos**. Joinville: Univille, 2015.

MORAES, Taiza Mara Rauen. Apresentação. In: MEDEIROS, Fábio Henrique Nunes; VEIGA, Maurício Biscaia; MORAES, Taiza Mara Rauen. (Orgs.). **Contar histórias: uns passarão e outros passarinhos**. Joinville: Univille, 2015. p. 7-9.

OLIVEIRA, Daniela Piergili Weiers de. **Políticas públicas de fomento à leitura: agenda governamental, política nacional e práticas locais**. 2011. 146 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública e Governo) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo, São Paulo, 2011.

PETIT, Michèle. **A arte de ler: ou como resistir à adversidade**. 2. ed. 1. reimp. Tradução Arthur Bueno e Camila Boldrini. São Paulo: 34, 2012.

_____. **Os jovens e a leitura:** uma nova perspectiva. 2. ed. 2. reimp. Tradução Celina Olga de Souza. São Paulo: 34, 2013.

ROSA, João Guimarães. **Grande sertão:** veredas. 20. ed. 4. reimpr. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão de literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006.

SOBRE A AUTORA

JANETE RIBEIRO NHOQUE. Doutora em Educação pela Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI e Diretora aposentada da Rede Municipal de Educação de São Paulo.

RECEBIDO: 26/04/2019.

APROVADO: 30/05/2019.